



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E EUROPEU: UMA ANÁLISE COMPARADA
Autor	ROXANNE ALBANUS
Orientador	MARIA CLAUDIA MERCIO CACHAPUZ

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E EUROPEU: UMA ANÁLISE COMPARADA.

Autor: Roxanne Albanus

Orientador: Maria Cláudia Mércio Cachapuz

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

O que você comeu há 3 semanas? Onde você esteve há dois anos? Talvez seja difícil lembrar, mas provavelmente os dados coletados nos aplicativos do seu Smartphone conseguirão facilmente responder a essas perguntas. Como está a sua saúde? Como tem se alimentado? No mesmo sentido, as notas fiscais de compra com seu CPF poderão certamente fazer uma análise. E sua situação financeira, como vai? É um bom pagador? O sistema *Credit Scoring* saberá seguramente dizer. E os dados mais sensíveis, como sua orientação sexual, política e religiosa? Ou gostos pessoais? Você se espantaria se soubesse que seu aplicativo de relacionamento, de música, de *fastfood*, os “likes” você dá nas redes sociais, os assuntos que busca, as mercadorias que compra, podem facilmente responder a essas perguntas e fazer um perfil mais detalhado da sua personalidade do que você próprio.

Dados pessoais são todas as informações que nos identificam, contam a nossa história, revelam nossa individualidade e dizem, no fim das contas, quem nós somos. Na sociedade complexa em que vivemos, interdependente de informação e comunicação, incorporada a fenômenos como o *Big Data*, esses dados ultrapassam questões de privacidade, possuem valor mercadológico, influenciam a seara intelectual e política. Empresas compram e vendem nossas informações, alienam nossa atenção, controlam nossa visualização de conteúdo, influenciam nosso desenvolvimento, e até dirigem eleições. Por isso, proteger esses dados, protege, em última análise, a pessoa que somos e também a sociedade na qual vivemos.

Em razão de cenário, foi sancionada no Brasil a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a qual tem como objetivo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, a qual tem como fundamentos I - o respeito à privacidade; II - a autodeterminação informativa; III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

Essa legislação é inspirada no *General Data Protection Resolution*, regulação da União Europeia acerca da proteção de dados e privacidade, a qual tem como propósito disponibilizar aos cidadãos controle sobre seus dados pessoais e simplificar a regulação para negociações internacionais. No mesmo sentido, a lei brasileira busca dar ao cidadão mais controle sobre o tratamento que é dado as suas informações pessoais e dados sensíveis.

A tradição do bloco europeu com a preocupação da privacidade e proteção de dados, as disposições de vanguarda sobre o tema, o inegável papel que a comunidade desempenha no mundo no contexto econômico e intelectual e a crescente integração global, torna frutífera a apresentação do atual cenário de proteção de dados no Brasil e na União Europeia do ponto de vista comparado, em questão de legislação, controle, desafios, soluções e as perceptivas futuras de aperfeiçoamento. Não existe a possibilidade de vivermos em nossa era sem sermos afetados por essa problemática tão grave e complexa. Nessa conjuntura, emerge a preservação da autodeterminação, da privacidade e do livre desenvolvimento dos indivíduos por meio do efetivo controle do cidadão de seus dados pessoais através da informação e transparência.